



RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA GFE Nº 033/2023

**FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

01/2021 a 12/2022

MUNICÍPIO: MONTALVÂNIA/MG

PRESTADOR DE SERVIÇOS: COPASA-MG

Gerência de Fiscalização Econômica (GFE)

Coordenadoria Técnica de Regulação e Fiscalização Econômico-Financeira (CRE)

(versão com restrição de informações)

22 de junho de 2023



Diretoria Colegiada:

Laura Mendes Serrano
Deborah Aparecida Alves de Carvalho Pereira
Samuel Alves Barbi Costa

Coordenadoria Técnica de Regulação e Fiscalização Econômico-Financeira (CRE):

Raphael Castanheira Brandão

Gerência de Fiscalização Econômica (GFE):

Rômulo José Soares Miranda

Equipe Técnica:

Daniel Penido de Lima Amorim – Assessor de fiscalização econômico-financeira – GFE

ARSAE-MG - Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais
Cidade Administrativa – Rodovia Papa João Paulo II, Nº 4.001, Edifício Gerais, 5º andar
Bairro Serra Verde
Belo Horizonte/MG
CEP: 31.630-901

Tel.: (31) 3915-8119

Site: www.arsae.mg.gov.br

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. COMPETÊNCIAS	4
3. ANÁLISE TÉCNICA.....	6
3.1 Caracterização do mercado	6
3.1.1 Distribuição dos usuários por categorias.....	6
3.1.2 Distribuição dos usuários por tipo de serviço	9
3.2 Tarifa Social.....	10
3.3 Avaliação da aplicação das tabelas tarifárias no faturamento	10
3.4 Gastos com o Programa de Proteção de Mananciais.....	12
3.5 Repasses a Fundo Municipal de Saneamento Básico.....	12
4. CONCLUSÕES	14
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
EQUIPE TÉCNICA	16

IMPORTANTE: As informações classificadas, pelo prestador de serviços Copasa-MG, como sigilosas (reservada, secreta ou ultrassecreta) ou consideradas de acesso restrito, nos termos da Lei de Acesso à Informação, ou protegidas pelas demais hipóteses legais de sigilo e restrição, estão preservadas no presente documento por meio de tarja em preto, no todo ou em parte.

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Fiscalização Econômica da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae-MG) traz informações a respeito dos serviços prestados pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa-MG) no município de Montalvânia/MG, concernentes ao contrato de programa firmado em 1972 com vigência prevista até 2040.

No documento, descreve-se o mercado de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do referido município, inclusive, destacando a implementação da Tarifa Social. Além disso, é analisada a adequação do faturamento por tais serviços de saneamento. Adicionalmente, são apresentadas informações sobre o Programa de Proteção de Mananciais (PPM) e o mecanismo de repasses a Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB), desenvolvido pela Arsae-MG.

A descrição do mercado de serviços de Montalvânia/MG é realizada conforme as categorias tarifárias nas quais as economias podem se enquadrar — residencial, comercial, industrial, pública e residencial social — e os serviços que podem ser considerados no faturamento — abastecimento de água, esgotamento dinâmico com coleta (EDC) e esgotamento dinâmico com coleta e tratamento (EDT). Além disso, é avaliado o nível de implementação da Tarifa Social no município.

A análise do faturamento da Copasa-MG no município é realizada mediante a comparação dos valores faturados pelo prestador com aqueles simulados pela Arsae-MG, considerando o perfil de consumo dos usuários do município e as tabelas tarifárias vigentes no período. Por fim, são tecidas considerações sobre o PPM e o FMSB no município.

Os documentos relacionados a esta fiscalização encontram-se no processo eletrônico SEI [2440.01.0000080/2023-06](https://seisistemas.mg.gov.br/consulta/2440.01.0000080/2023-06).

2. COMPETÊNCIAS

A Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae-MG) foi criada pela [Lei Estadual nº 18.309](#), de 3 de agosto de 2009, em atendimento à determinação [Lei Federal nº 11.445](#), de 5 de janeiro de 2007, a qual, atualizada pela [Lei Federal nº 14.026](#), de 15 de julho de 2020, estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

Compete à Arsae-MG supervisionar, controlar e fiscalizar a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, incluindo aspectos contábeis, financeiros e relativos ao desempenho técnico-operacional, além de expedir regulamentos de ordem técnica e econômica, estabelecendo o regime tarifário, dentre outras funções.

O [Decreto Estadual nº 47.884](#), de 13 de março de 2020, estabelece que:

“Art. 21. A Gerência de Fiscalização Econômica – GFE tem como competência prestar suporte técnico à CRE, visando ao exercício das suas competências previstas neste decreto, especialmente aquelas relativas à fiscalização das normas legais, regulamentares, técnicas e contratuais de natureza econômico-financeira com atribuições de:

I – realizar fiscalizações de natureza econômica a fim de verificar:

a) a aplicação das tarifas e dos preços públicos não tarifados pertinentes aos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário de prestadores regulados;

b) o cumprimento de normas regulatórias de natureza econômico-financeira;

c) o cumprimento de determinações da Agência a prestadores regulados, no que tange aos seus aspectos econômico-financeiros;

II – emitir relatórios de fiscalização, contendo os resultados constatados;

III – promover análises em relação ao desempenho de prestadores regulados, sob a ótica econômico-financeira;

IV – lavrar autos de fiscalização e termos de notificação nos processos de fiscalização de caráter econômico-financeiro;

V – propor sanções aos prestadores regulados no caso de infrações de natureza econômico-financeira;

VI – instruir os processos sancionatórios de natureza econômico-financeira aos prestadores regulados;

VII – cumprir diligências no campo da fiscalização econômica;

VIII – acompanhar a execução de ações econômico-financeiras previstas em TAC firmado pela Arsae-MG;

IX – definir, sempre que aplicável, padrões a serem observados no fornecimento regular de informações de acompanhamento por parte dos

prestadores regulados, em subsídio a fiscalizações de âmbito econômico-financeiro.”

As condições gerais, a serem observadas na prestação e utilização de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, aplicáveis aos prestadores de serviços submetidos à regulação da Arsa-e-MG estão contidas na [Resolução Arsa-e-MG nº 131](#), de 11 de novembro de 2019, que entrou em vigência em 20 de julho de 2020. As tarifas aplicáveis à prestação dos serviços são definidas anualmente mediante resoluções específicas a esse fim.

3. ANÁLISE TÉCNICA

Para a descrição do mercado de Montalvânia/MG e a análise da aplicação das tabelas tarifárias, a Gerência de Fiscalização Econômica (GFE) utilizou dados arquivados dos bancos de faturamento fornecidos regularmente pela Copasa-MG, os quais apresentam informações referentes ao consumo e à cobrança mensal de todos os usuários do prestador. Esses arquivos são analisados trimestralmente pela Gerência de Informações Econômicas (GIE), que verifica, de forma agregada, a sua consistência e monitora desvios significativos nas faturas.

A caracterização do mercado e a análise da aplicação das tarifas vigentes, realizadas neste relatório, consideram dados de janeiro de 2021 a dezembro de 2022. Potenciais gastos do PPM são baseados nos relatórios físico-financeiros enviados pelo prestador, referentes ao período de 2017 a 2022.

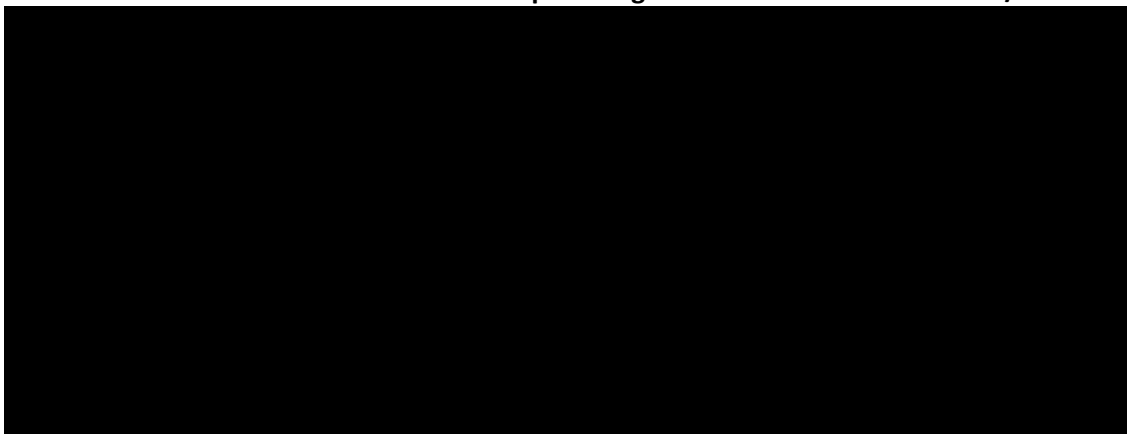
3.1 Caracterização do mercado

Nesta seção, o mercado do município de Montalvânia/MG é caracterizado com base no número de economias¹ (unidades usuárias) classificadas entre as distintas categorias tarifárias e entre os serviços a elas associados no banco de faturamento.

3.1.1 Distribuição dos usuários por categorias

O mercado de Montalvânia/MG pode ser representado pelas economias, que são classificadas entre as cinco categorias da tabela tarifária: residencial, comercial, industrial, pública e residencial social. Em termos absolutos, essas economias são exibidas na Tabela 1 para o período de janeiro de 2021 a dezembro de 2022, ao passo que, em termos relativos, elas são exibidas no Gráfico 1 para o mês de dezembro de 2022.

Gráfico 1 – Percentual de economias por categoria tarifária em Montalvânia/MG



Fonte: Elaborado pela Arsa-e-MG com dados do prestador.

¹ Conforme a [Resolução Arsa-e-MG nº 131/2019](#), unidade usuária ou economia é um imóvel ou parte de um imóvel que é objeto de ocupação independente que utiliza os serviços públicos de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário por meio de ligação individual ou compartilhada com outras unidades.

Como é possível observar, o município de Montalvânia/MG apresenta predomínio de usuários da categoria residencial, correspondente a █% do total. Desses, os usuários residenciais comuns somam █% e os residenciais enquadrados na categoria social representam █%. A terceira categoria mais representativa no conjunto de unidades usuárias é a comercial, com participação de █%. As demais categorias (pública e industrial) representam juntas █% do total.

Tabela 1 – Número de economias por categoria² tarifária em Montalvânia/MG

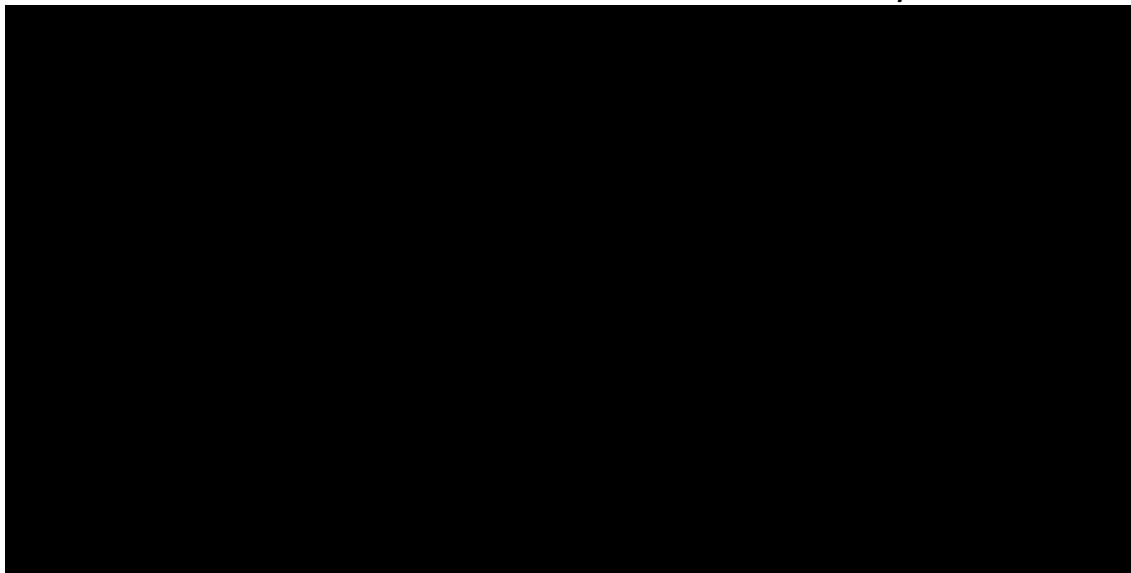
Mês	Residencial	Comercial	Industrial	Pública	Social	Total
jan/21	█	█	█	█	█	█
fev/21	█	█	█	█	█	█
mar/21	█	█	█	█	█	█
abr/21	█	█	█	█	█	█
mai/21	█	█	█	█	█	█
jun/21	█	█	█	█	█	█
jul/21	█	█	█	█	█	█
ago/21	█	█	█	█	█	█
set/21	█	█	█	█	█	█
out/21	█	█	█	█	█	█
nov/21	█	█	█	█	█	█
dez/21	█	█	█	█	█	█
jan/22	█	█	█	█	█	█
fev/22	█	█	█	█	█	█
mar/22	█	█	█	█	█	█
abr/22	█	█	█	█	█	█
mai/22	█	█	█	█	█	█
jun/22	█	█	█	█	█	█
jul/22	█	█	█	█	█	█
ago/22	█	█	█	█	█	█
set/22	█	█	█	█	█	█
out/22	█	█	█	█	█	█
nov/22	█	█	█	█	█	█
dez/22	█	█	█	█	█	█

Fonte: Elaborado pela Arsa-e-MG com dados do prestador.

Na Tabela 1, em geral, observa-se uma evolução natural do número de economias ao longo do período analisado. Contudo, são comuns oscilações decorrentes da atualização do cadastro de economias residenciais sociais por parte do prestador. Estima-se que, em dezembro de 2021, cerca de █ economias da categoria “social água” tenham sido reclassificadas para a categoria “residencial água”. Em dezembro de 2022, houve uma nova redução no número de economias sociais, envolvendo cerca de █ delas. Essas oscilações ficam mais nítidas no Gráfico 2, que ilustra o número de economias sociais no município ao longo do tempo.

² Baseado nas categorias para o serviço de abastecimento de água.

Gráfico 2 – Número de economias sociais em Montalvânia/MG



Fonte: Elaborado pela Arsae-MG com dados do prestador.

É importante destacar que o cadastramento das economias sociais depende do envio de informações atualizadas por órgãos competentes, e não mais somente da solicitação do consumidor³. Tal mudança foi disposta pela [Lei Estadual nº 23.670](#), de 3 de julho de 2020, que alterou o art. 7º da [Lei Estadual nº 18.309](#), de 3 de agosto de 2009. A classificação realizada pelo prestador deve considerar somente as informações devidamente atualizadas do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Compete às prefeituras municipais, mediante seus órgãos de assistência social, a inscrição das famílias no referido cadastro e a realização de ações para a contínua atualização dos dados, de modo a contribuir o acesso à Tarifa Social.

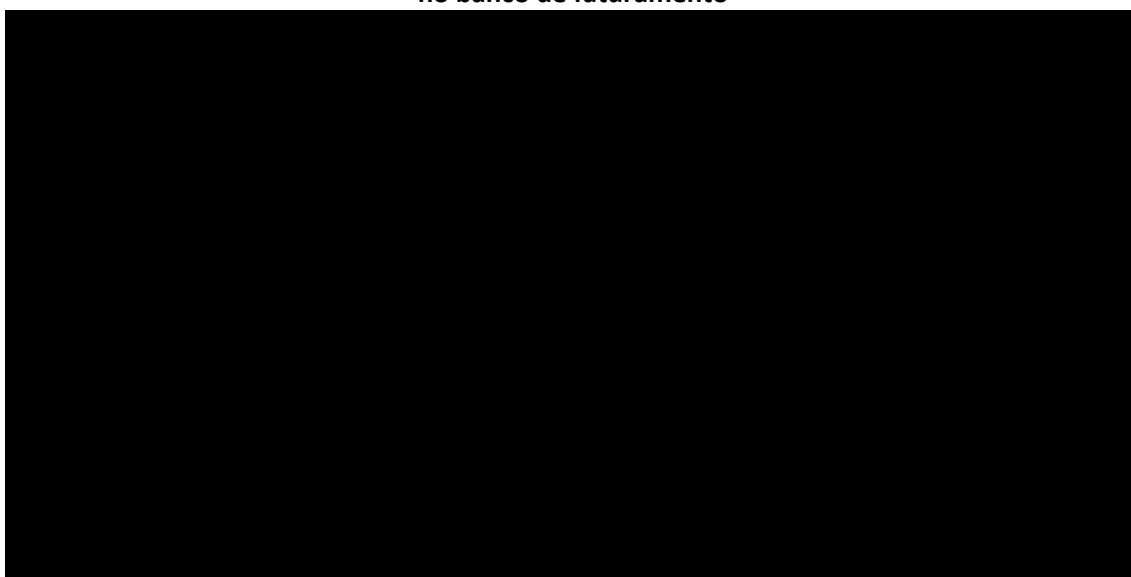
Segundo os dados do CadÚnico (SEI [65220403](#)) de março de 2023, **a taxa de atualização cadastral de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo (percentual de famílias cadastradas com cadastro atualizado) era de 89% em Montalvânia/MG**. A taxa de atualização impacta o número de economias sociais, quando o prestador realiza a atualização periódica dos inscritos na Tarifa Social.

³ Caso o usuário se enquadre nos critérios para ser beneficiado pela Tarifa Social e não tenha sido classificado como economia social, ele pode recorrer ao atendimento do prestador para regularizar sua situação. Para mais informações sobre tarifa social de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, sugere-se consulta à [Resolução Arsae-MG nº 150](#), de 5 de abril de 2021, que estabelece critérios para aplicação de Tarifa Social pelos prestadores de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário regulados pela Arsae-MG.

3.1.2 Distribuição dos usuários por tipo de serviço

O mercado do município de Montalvânia/MG também pode ser caracterizado pelo número de economias cadastradas no banco de faturamento de acordo com os serviços de abastecimento de água, esgotamento dinâmico com coleta (EDC) e esgotamento dinâmico com coleta e tratamento (EDT). Isso é ilustrado no Gráfico 3 para o período de janeiro de 2021 a dezembro de 2022.

Gráfico 3 – Número de economias em Montalvânia/MG, conforme os serviços cadastrados no banco de faturamento



Fonte: Elaborado pela Arsa-e-MG com dados do prestador.

O Gráfico 3 indica que, entre janeiro de 2021 e dezembro de 2022, os serviços cadastrados no banco de faturamento do prestador, para as economias do município de Montalvânia/MG, eram aqueles de abastecimento de água e esgotamento dinâmico com coleta e tratamento (EDT). Atualmente, cerca de █% das economias com abastecimento de água estão cadastradas como dispondo do serviço EDT. Pelo gráfico, nota-se que, em julho e agosto de 2021, houve aumentos significativos no número de economias cadastradas com serviços EDT. Não há economias cadastradas como dispondo do serviço de esgotamento sanitário na modalidade EDC.

Cumprir pontuar que não se avalia neste documento se tem havido a efetiva prestação de serviços indicados no cadastro do prestador.

3.2 Tarifa Social

As economias sociais são aquelas faturadas considerando a Tarifa Social. Nesse caso, os valores cobrados por metro cúbico de água e o equivalente para esgoto são substancialmente menores que aqueles cobrados dos usuários residenciais comuns. Os critérios estipulados pela Arsae-MG para a concessão do benefício são: i) a unidade usuária deve ser classificada como residencial; ii) os moradores dessa unidade usuária devem constituir uma família inscrita no CadÚnico; e iii) a família deve ter uma renda mensal por pessoa menor ou igual a meio salário mínimo vigente no país. O benefício é limitado a uma única economia por código familiar do CadÚnico.

Uma forma de avaliar o grau de implementação da tarifa social consiste em comparar o número de economias sociais, que consta no banco de faturamento do prestador, com o número de famílias inscritas no CadÚnico, com cadastro atualizado, renda menor ou igual a meio salário mínimo *per capita* e atendidas pela rede geral de abastecimento de água. Na Tabela 2, são apresentados os números referentes ao Índice de Implementação da Tarifa Social (IITS) em Montalvânia/MG, no mês de dezembro de 2022. Esse índice é calculado pela razão entre as economias sociais cadastradas e as famílias mencionadas.

Tabela 2 – Índice de Implementação da Tarifa Social em Montalvânia/MG

Município	Total de economias sociais	Famílias potenciais	IITS
Montalvânia/MG	■	■	■%

Fonte: Elaborado pela Arsae-MG com dados do prestador e do CadÚnico.

A Tabela 2 exhibe que, **no município de Montalvânia/MG, em dezembro de 2022, havia ■ economias sociais no cadastro de usuários do prestador frente a ■ famílias potenciais no CadÚnico, resultando em um IITS de ■%.** Estima-se que cerca de ■ economias poderiam ser classificadas adicionalmente como sociais. Portanto, o prestador precisa aumentar a implementação da Tarifa Social no município.

3.3 Avaliação da aplicação das tabelas tarifárias no faturamento

A GFE analisou também se, no município de Montalvânia/MG, houve uma adequada aplicação das tabelas tarifárias no faturamento. Esse procedimento, realizado a partir dos dados do banco de faturamento do prestador, busca avaliar a precisão dos cálculos tarifários, considerando o perfil de consumo dos usuários. Os dados sobre a aplicação das tarifas vigentes nos meses de janeiro de 2021 a dezembro de 2022 são apresentados na Tabela 3. Nela, são comparados, mensalmente, o somatório dos valores faturados pelo prestador com o somatório dos valores simulados pela Arsae-MG para as unidades usuárias.

Os valores exibidos na Tabela 3 indicam que as faturas cobradas pelo prestador no município de Montalvânia/MG acumularam, em geral, diferenças pouco significativas em favor dos usuários ao longo dos meses analisados. Isso indica que **não houve qualquer problema generalizado na aplicação das tabelas tarifárias vigentes no período analisado.** Alguns pequenos desvios decorrem de limitações no método de simulação da Arsae-MG.

Tabela 3 – Verificação da adequação da aplicação das tarifas vigentes em Montalvânia/MG

Data	Prestador			Arsae-MG			Diferenças				
	Água a	Esgoto b	Água e Esgoto c = a + b	Água d	Esgoto e	Água e Esgoto f = d + e	Água g	Esgoto h	Água e Esgoto (R\$) i = c - f	Água e Esgoto (%) j = i / f	
jan/2021											-0,72%
fev/2021											-0,76%
mar/2021											-0,60%
abr/2021											-0,75%
mai/2021											-0,67%
jun/2021											-0,61%
jul/2021											-0,54%
ago/2021											-0,72%
set/2021											-0,83%
out/2021											-0,63%
nov/2021											-0,69%
dez/2021											-0,73%
jan/2022											-0,62%
fev/2022											-0,73%
mar/2022											-0,72%
abr/2022											-0,69%
mai/2022											-0,63%
jun/2022											-0,66%
jul/2022											-0,63%
ago/2022											-0,79%
set/2022											-0,77%
out/2022											-0,71%
nov/2022											-0,73%
dez/2022											-0,59%
Acumulado											-0,69%

Fonte: Elaborado pela Arsaie-MG com dados do prestador.

3.4 Gastos com o Programa de Proteção de Mananciais

As normas do Programa de Proteção de Mananciais (PPM) encontram-se dispostas nas resoluções de revisões tarifárias da Arsaie-MG, desde na [Resolução Arsaie-MG nº 96/2017](#) até, mais recentemente, na [Resolução Arsaie-MG nº 154/2021](#).⁴ Ademais, as diretrizes do programa são detalhadas na [Nota Técnica CRFEF nº 61/2017](#) e atualizadas na [Nota Técnica CRE 04/2021](#).

No que diz respeito especificamente a **Montalvânia/MG**, as informações de gastos com o PPM, realizados pela Copasa-MG nesse município, são apresentadas no Quadro 1. Tais informações foram selecionadas com base no Coletivo Local de Meio Ambiente (COLMEIA) e também se encontram disponíveis no sítio eletrônico do prestador⁵. Nesse município, os recursos foram direcionados para ações na macrobacia hidrográfica do Rio Cochá.

Ao todo, foram gastos R\$9.590,88 com ações do programa no município de Montalvânia/MG entre os anos de 2021 e 2022. As ações correspondentes aos gastos consistiram no plantio de mudas.

Quadro 1 – Gastos do Programa de Proteção de Mananciais em Montalvânia/MG

Ano	Ação	Tipo de Indicador	Valor do Indicador	Valor Previsto
2021	Plantio de mudas	Número de mudas	1.000	R\$4.795,44
2022	Plantio de mudas	Número de mudas	1000	R\$4.795,44
Total				R\$9.590,88

Fonte: Elaborado pela Arsaie-MG com dados do prestador.

3.5 Repasses a Fundo Municipal de Saneamento Básico

A Arsaie-MG desenvolveu mecanismo de reconhecimento tarifário, que destina parcela da receita direta dos prestadores regulados aos Fundos Municipais de Saneamento Básico⁶ (FMSB's). Os repasses estão previstos e normatizados na [Resolução Arsaie-MG nº 110](#), de 28 de junho de 2018, sendo detalhados na [Nota Técnica GRT nº 08/2018](#). Eles são permitidos a todos os municípios atendidos por prestador regulado pela Agência.

Para habilitação do fundo, é necessário que o município atenda aos seguintes requisitos estabelecidos na norma: i) possuir Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB) instituído por lei que contenha as regras de funcionamento dele; ii) possuir Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) elaborado pelo titular dos serviços e que esteja em vigor, nos termos do art. 19 da [Lei Federal nº 11.445](#), de 5 de janeiro 2007, atualizado conforme a [Lei Federal nº 14.026](#), de 15 de julho de 2020; e iii) possuir Conselho Municipal, que deverá ter competências expressas

⁴ Na [Resolução Arsaie-MG nº 154/2021](#), o artigo 5º do Capítulo II estabelece que recursos correspondentes a 0,5% da Receita Operacional do prestador apurada em exercício anterior possam ser direcionados pela Copasa-MG ao Programa de Proteção de Mananciais. Contudo, cabe enfatizar que, o artigo 6º, que sucede, estabelece que as regiões que o programa deve priorizar são Leste, São Francisco e Sudoeste, o que difere de os recursos serem aplicados no âmbito municipal.

⁵ Disponível em <https://www.copasa.com.br/wps/portal/internet/meio-ambiente/pro-mananciais>.

⁶ Para mais informações, sugere-se consultar <http://www.arsae.mg.gov.br/habitacao-dos-fundos/>.

para a definição das diretrizes e mecanismos de acompanhamento, fiscalização e controle do FMSB.

O município de Montalvânia/MG ainda não dispõe de FMSB habilitado para receber repasses correspondentes a um percentual de até 4% da receita auferida pela Copasa-MG no município. O repasse anual ao FMSB de Montalvânia/MG é estimado em cerca de R\$ 97.400,00 ou, alternativamente, R\$ 8.100,00 mensais.

4. CONCLUSÕES

Diante dos resultados encontrados neste relatório, a GFE apresenta suas conclusões a seguir.

- 4.1.** Quanto à classificação das economias de Montalvânia/MG conforme as categorias das tabelas tarifárias, a GFE observou oscilações no número de economias residenciais devido à atualização do cadastro da Tarifa Social por parte do prestador. A taxa de atualização do CadÚnico deve ter impactado o número de economias sociais quando o prestador realizou a atualização periódica dos usuários beneficiados pela Tarifa Social.
- 4.2.** O Índice de Implementação da Tarifa Social (IITS) em Montalvânia/MG, no mês de dezembro de 2022, foi de █%. Logo, o prestador precisa aumentar a implementação da Tarifa Social no município.
- 4.3.** No que diz respeito aos serviços registrados no banco de faturamento, verificou-se que cerca de █% das economias com abastecimento de água estão cadastradas como dispondo do serviço EDT. Não há economias cadastradas como dispondo exclusivamente do serviço EDC em Montalvânia/MG. Não compete à GFE a avaliação se os serviços estão sendo efetivamente prestados às unidades usuárias.
- 4.4.** Sobre a cobrança pelos serviços de água ou de esgotamento sanitário, analisando-se o banco de faturamento apresentado pela Copasa-MG, pode-se concluir que os valores faturados pelos serviços foram coerentes com as tabelas tarifárias vigentes no período de janeiro de 2021 a dezembro de 2022. Limita-se, com tal afirmação, a apontar que as tabelas tarifárias foram adequadamente aplicadas nas faturas, não havendo, em geral, diferenças significativas e prejudiciais aos usuários.
- 4.5.** Foram gastos R\$9.590,88 com ações do Programa de Proteção de Mananciais (PPM) no município de Montalvânia/MG nos anos de 2021 e 2022.
- 4.6.** O município de Montalvânia/MG ainda não dispõe de Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB) habilitado perante a Arsa-e-MG. O repasse potencial estimado é de aproximadamente R\$ 97.400,00 anuais.

As conclusões consignadas neste relatório restringem-se aos aspectos de caráter econômico-financeiro, conforme competências da GFE. Portanto, não foram avaliados eventuais não conformidades de caráter técnico-operacional dos serviços.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recomenda-se, respeitosamente, que a Prefeitura Municipal de Montalvânia/MG se empenhe em manter atualizada a inscrição das famílias de baixa renda no CadÚnico. Com a vigência da [Lei Estadual nº 23.670/2020](#), o prestador passou a classificar as economias sociais com base nos dados atualizados do CadÚnico. Portanto, a Prefeitura, por ser responsável por inscrever as famílias nesse cadastro, tem um papel determinante na implementação da Tarifa Social no município. Ela deve prover aos cidadãos informações claras sobre a importância e os benefícios da inscrição no CadÚnico, bem como realizar um cadastramento periódico correto, completo e atualizado das famílias. A Câmara de Vereadores, assim como as demais entidades de representação social no município, também pode contribuir para a implementação da Tarifa Social mediante a divulgação de informações aos cidadãos.

Com relação especificamente aos serviços de esgotamento sanitário, é de suma importância mencionar que o [Decreto Federal nº 7.217](#), de 21 de junho de 2010, determina em seu art. 11 que, “excetuados os casos previstos nas normas do titular, da entidade de regulação e de meio ambiente, toda edificação permanente urbana será conectada à rede pública de esgotamento sanitário disponível”. Prevê ainda que “na ausência de rede pública de esgotamento sanitário serão admitidas soluções individuais, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambientais, de saúde e de recursos hídricos” (§1º) e que “normas de regulação dos serviços poderão prever prazo para que o usuário se conecte à rede pública, preferencialmente não superior a noventa dias” (§2º). Decorrido esse prazo, “caso fixado nas normas de regulação dos serviços, o usuário estará sujeito às sanções previstas na legislação do titular” (§3º). Desse modo, é imperiosa a conscientização e mobilização dos usuários, por parte dos agentes públicos competentes, quanto à necessária conexão à rede pública de esgotamento sanitário.

Finalmente, cabe ressaltar que os valores e conclusões deste documento baseiam-se em informações fornecidas pela Copasa-MG, pressupondo-se adequada categorização dos usuários e apuração de volumes consumidos. As análises apresentadas estão sujeitas a revisões futuras em caso de alguma retificação, esclarecimento ou alteração que venham a ser realizados pelo prestador ou pela própria Arsae-MG.

Belo Horizonte, 22 de junho de 2023.

EQUIPE TÉCNICA

Daniel Penido de Lima Amorim
Assessor de fiscalização econômico-financeira

Revisão e supervisão:

Rômulo José Soares Miranda
Gerência de Fiscalização Econômica